

O respeito às infâncias



Por JOSÉ CASTILHO MARQUES NETO*

É preciso no resgate das infâncias um esforço público que combata a sua mercantilização, combatendo todas as formas de exploração às vidas de tenra idade

A voz firme e emotiva da escritora argentina Maria Teresa Andruetto, Prêmio Andersen de 2012, ecoou no auditório lotado da Casa América, em Madrid, no início dos trabalhos da sexta edição do seminário *Leer Iberoamerica Lee* realizado dia 4 de junho último e cujo tema central foi o Resgate das Infâncias (veja na íntegra em: www.leeriberoamericalee.com).

A autora, ensaista que trabalha com profundidade e aguda inteligência as questões da literatura infantil e a formação de leitores e leitoras, iniciou sua fala permeada de referências literárias com a pergunta vital: “Rilke aconselhou o jovem poeta a que, quando pensasse que já não podia escrever, regressasse à sua infância. A infância é o único país, como uma primeira chuva, da qual nunca, inteiramente, secamos, diz Saer. Mas de que tipo de infância estamos a falar?”

Pergunta mais que pertinente nos dias que correm. Qual infância ou quais infâncias o mundo da hiper conectividade globalizada pode construir? Ainda é sustentável, perante a dura realidade cotidiana que mostra *online* o massacre de crianças em guerras genocidas e situações continuadas de desnutrição e morte em territórios devastados pela fome, a imagem única de uma infância feliz, homogeneamente despreocupada e sem os tormentos que atingem, aparentemente, apenas os adultos?

Andruetto, ao longo dos dezessete pontos nos quais tece com linhas agudas sua palestra, conecta todos os seus alinhavos pela palavra *exclusão* a que segregamos as infâncias. Ao lembrar as suas primeiras leituras dos contos de Andersen, como *O Patinho Feio*, condensa, a partir do texto literário, uma ideia central que o mundo teima em esquecer e que, ao praticar o esquecimento, avulta o ser humano que está iniciando seu processo de construção: “Refiro-me à exclusão, à expulsão sofrida pelas suas personagens e à tremenda necessidade de inclusão que as habita, pois estão em absoluta solidão; pessoas abandonadas que querem entrar na festa do mundo, embora o mundo não lhes ofereça propriamente uma festa; o que está na base destas e de muitas outras histórias é o que fazer para ser amado, como ser o mais parecido possível com os outros para não ser rejeitado e, ao mesmo tempo, como ser suficientemente especial para ter a nossa própria identidade.”

Convido o eventual leitor a ouvir a palestra de Andruetto na gravação disponível no YouTube e acessível pelo site do seminário. É magistral a construção dos argumentos que nos levam a uma viagem entre a antiguidade e o contemporâneo num vai e vem literário que nos incita a raciocinar e a vislumbrar os descaminhos que trilhamos e o poder das palavras e das literaturas que nos habitam também no universo infantil.

Não pude deixar de refletir, como pesquisador de políticas públicas voltadas para a formação de leitores e leitoras, no mais que urgente tema das infâncias, a começar da primeira infância, nos planos de leitura que procuram se afirmar na região ibero-americana há quase duas décadas. Agora mesmo, no Brasil, iniciou-se o processo de construção do novo PNLL

a terra é redonda

decenal e me preocupa como trataremos essa questão e qual a possibilidade real que teremos em revolucionar as práticas burocráticas que, em geral, tratam desse tema.

À contundente exposição de Andruetto seguiram-se outros palestrantes do seminário *Leer Iberoamerica Lee* com perspectivas fundamentais para que o direito à leitura e a formação dos direitos da cidadania plena, fosse, de fato, praticada desde a primeira infância e ao longo da vida. O resgate das infâncias, tema central do evento, mostrou-se também como resgate dos direitos humanos, do respeito às diversidades, do acolhimento com as diferenças e do diálogo franco que busca o entendimento e a harmonia dos coletivos.

Entendo que o melhor caminho para construirmos novas etapas das políticas públicas de afirmação da palavra como instrumento para o melhor entendimento de nós mesmos e do mundo, com respeito pelo outro e valorizando-nos como seres humanos passa, definitivamente, por programas e ações contínuas que compreendam o ser humano integralmente desde os seus primeiros dias até o inevitável porvir da morte. A vida humana, o percurso humano é uno, e as políticas públicas de formação leitora precisam partir deste patamar, abrangendo-a em sua integridade e oferecendo programas de qualidade em toda sua extensão.

Portanto, temos que dar um basta à pouca atenção que geralmente observamos nos programas de livros para as infâncias e para os jovens, eles não podem ser repositórios de livros quaisquer, mal escritos, mal ilustrados, mal editados, encontráveis como a mercadoria menosprezada em *pallets* de poucos tostões.

Tampouco podemos permitir que os livros destinados aos leitores e leitoras dos primeiros anos sejam instrumentos de distorção ideológica ou perversidades outras, fruto de mentes doentias e pseudo-religiosas, como o felizmente fracassado programa lançado pelo MEC na gestão presidencial anterior de triste lembrança, o famigerado “*Conta pra mim*”, misto de contrabando ideológico da ultradireita americana com a mutilação literária de clássicos da literatura infantil. Lembrando a crítica da grande Marina Colasanti ao malfadado projeto ela ironizou: “*Conta pra outro!*”.

E se temos que ser rigorosos nos critérios e na aquisição pelos programas públicos de livros e materiais literários adequados ao respeito pelas infâncias, fornecendo-lhes o acesso a produtos de qualidade, é igualmente imperioso que cuidemos dos adultos que fazem a imprescindível mediação a esse público jovem. Refiro-me à urgente necessidade dos planos e programas prestarem rigorosa atenção à formação dos profissionais que, por sua vez, formam as infâncias e as juventudes.

Com igual respeito a eles, antes de tudo não se pode apenas exigir que cumpram seus deveres, como o reles oportunismo político costuma agir. É preciso antes resgatar aos educadores, aos profissionais das bibliotecas, aos agentes culturais nos equipamentos públicos, entre outros profissionais que convivem com crianças e jovens, a dignidade perdida com salários aviltantes, a subcontratação e a má ou insuficiente formação em cursos apressados, burocráticos e ultrapassados. Reconhecer devidamente e formar continuamente com formadores de altíssima qualificação esses profissionais é condição indispensável ao dever do Estado para com as infâncias e as juventudes no ato de formar leitores e leitoras no seu direito à cidadania e à inserção equânime no mundo contemporâneo.

Em outras palavras, é preciso no resgate das infâncias um esforço público que combata a sua mercantilização, combatendo todas as formas de exploração às vidas de tenra idade. Desde os costumes mais aviltantes, como denunciou a palestrante colombiana de origem indígena, a escritora Esterclília Pushaina, ao descrever as tradições de casamentos entre velhos e meninas adolescentes, até a edição e distribuição de textos e livros de baixíssima qualidade literária e editorial.

Foi com satisfação que tomei conhecimento da resolução da principal instituição de cooperação internacional para o livro e a leitura que temos em Iberoamérica, o CERLALC/Unesco, que em sua agenda 2024/2025 intitulada “*Cerlalc: uma agenda de equidade e justiça na leitura e o livro*” anuncia programas e ações voltadas à primeira infância e aos pequenos leitores e leitoras. É uma decisão a ser seguida por todos os países da região que desenvolvem planos nacionais de leitura e esperemos que isso aconteça.

a terra é redonda

Os ditados populares nos lembram que temos apenas uma vida e é preciso vive-la intensamente. O que a sabedoria popular muitas vezes não aponta é que a vida tem início na primeira infância e essa fase tem direitos iguais à equidade, à justiça social, ao respeito como ser humano. É hora dos muitos passos civilizatórios que temos que dar incorporem com seriedade as políticas públicas para crianças e jovens e a primeira coisa a fazer é escutá-los e respeitá-los nos seus direitos.

***José Castilho Marques Neto**, é professor aposentado de filosofia na FCL-Unesp. Foi presidente da Editora Unesp e da Biblioteca Mário de Andrade e Secretário Executivo do PNLL (MinC e MEC). Autor, entre outros livros, de Solidão revolucionária: Mário Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil (WMF). [<https://amzn.to/3XNwXEi>]

Publicado originalmente no jornal [Rascunho](#).

A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.

Ajude-nos a manter esta ideia.

[**CONTRIBUA**](#)